

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **“Isso aqui é nosso! Isso é da gente!”. O perigo comunista e os índios ignorantes: a participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961)**

Edson Silva\*

**Resumo:** a partir de registros das memórias orais indígena, jornais da época, documentação do DOPS e relatórios oficiais que alertavam a doutrinação dos índios em sua “ignorância” pelos comunistas, discutiremos a mobilização e participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas em Pesqueira-PE, na ocupação de terras onde viviam na condição de moradores e trabalhadores assalariados, os chamados “caboclos” da Serra do Ororubá, um antigo aldeamento indígena invadido pelos latifundiários.

**Palavras-chave:** índios; história; Ligas Camponesas; Nordeste.

**Abstract:** from registers of the verbal memories aboriginal, periodicals of the time, official documentation of the DOPS and reports that alerted the indoctrination of the indians in its “ignorance” for the communists, we will argue the mobilization and participation of the Xukuru in the Camponesas Leagues in Pesqueira-PE, in the land occupation where the inhabitants condition of and wage-earning worker lived in, “the caboclo” of Serra the Ororubá, one old aboriginal land invaded by the large estate owners.

**Keywords:** indians; history; workers leagues; Northeast.of Brazil.

#### **As Ligas Camponesas em Pesqueira: contra os tatuíras integralistas**

Com a manchete “Vitória dos camponeses de Pesqueira” uma notícia publicada pelo Jornal *Folha do Povo* em março de 1960<sup>1</sup>, exaltava a organização dos agricultores que com uma greve tinham derrotado os “tatuíras integralistas – os Britos e os Didier”. Comparados pelo jornal da Ligas Camponesas aos crustáceos que vivem enterrados na areia,

\*Doutorando em História Social da Cultura na UNICAMP. Mestre em História pela UFPE. Leciona História no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Col. de Aplicação-UFPE. E-mail: edson.edsilva@gmail.com

<sup>1</sup>*Folha do povo*, Recife, 22/3/1950. Arquivo Público Estadual de Pernambuco – APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

mas a pouca profundidade, e por essa razão são arrancados pelas ondas do mar, as duas famílias da tradicional oligarquia eram donas das fábricas de doces Peixe e Rosa respectivamente. Reconhecidamente ligadas às hostes políticas conservadoras, na cidade conhecida como “germanófila”, em razão dos muitos integralistas, eram acusadas de pagarem salários miseráveis e da exploração dos trabalhadores rurais.

A notícia do jornal acusava também que os “industriais latifundiários” de Pesqueira além de manterem o domínio econômico no município, em seus “feudos” não respeitavam os direitos dos foreiros, agindo com arbitrariedades quando soltavam o gado dentro das lavouras dos agricultores, e depois de destruí-las mandavam plantar o capim. Segundo ainda o texto, no município imperava a “lei da chibata e facão”. Violências sexuais contra menores e capangas armados na cidade e no campo, a mando dos fazendeiros perseguiram e ameaçavam os trabalhadores com a omissão das autoridades locais. Com a greve os trabalhadores conquistaram melhores salários e a garantia do respeito aos seus direitos.

O ambiente foi de muita agitação social nos primeiros meses de 1961 na cidade de Pesqueira, localizada a 208 km de Recife. O assunto mais comentado: as Ligas Camponesas. No detalhado relatório investigativo solicitado por um “ofício reservado” da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios/SPI no Rio de Janeiro, estar evidenciado o “ambiente de insatisfação”<sup>2</sup> naquela cidade, uma das muitas no interior pernambucano para onde as Ligas naquele ano já com cerca de dez mil associados, se estenderam desde a Zona da Mata. (Medeiros, 1989: 48).

Estudos apontam que após 1945 ocorreu com financiamento público um crescente desenvolvimento agro-industrial no campo provocando a expropriação dos camponeses. Ocorreram então profundas transformações, fosse com expulsões de antigos de sítiantes, ou o rompimento das relações de trabalho baseadas na moradia e aforamento de terras, ou ainda pela cobrança abusiva do foro. (Azevedo, 1982) Tais situações provocaram inúmeros conflitos entre camponeses e aqueles que detinham a posse de grandes extensões de terras, os usineiros na Zona da Mata e os fazendeiros na região do Agreste. Os governos populistas pós-Guerra de Juscelino Kubitschek e principalmente o de João Goulart pregaram as chamadas reformas sociais de base, dentre elas a Reforma Agrária estimulando a organização e mobilização dos trabalhadores em todo o país entre meados da década de 1950 até os

---

<sup>2</sup>O Relatório de Paulo Rufino de Melo e Silva, datado de 08/08/1961, dirigido a Diretoria do SPI/RJ, cumpriu as determinações do “ofício reservado” de 12/07/61 e de uma Ordem Interna da 4ª Inspeção Regional (IR4) do SPI. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 182, fotogramas 806-809.

primeiros anos da década seguinte. As Ligas foram, portanto, uma expressão desse quadro social. (Idem).

Um detalhado relatório policial de janeiro de 1962 para a Secretaria de Segurança Pública, citava as atividades de “incendiários” em Pesqueira, orientados por José de Alexandre “e auxiliares”, Viana Arcoverde e Manoel Moreira, todos dirigentes das Ligas Camponesas. O documento relacionou várias fazendas atingidas, dentre elas as Fazendas Maravilha e Gravatá de Fernando Didier, a Fazenda Tambores de Praxedes Didier e a Fazenda Ipanema de Moacir Brito de Freitas. Segundo o documento, os tais incêndios causaram “vultosos prejuízos” com a perda da “colheita anual de rações para a criação”. Na cidade estavam ocorrendo reuniões para organização do sindicato rural, onde em uma delas, dentre outras pessoas relacionadas, participara um vereador e um deputado vindo do Recife e um vereador local.<sup>3</sup>

Na longa matéria publicada em fins de 1962 em um jornal impresso na capital e de grande circulação no Estado de Pernambuco, as Fábricas Peixe anunciavam a execução com sucesso de seu plano de Reforma Agrária em Pesqueira e sete municípios vizinhos, onde existiam terras de seu domínio com plantios de tomates e frutas destinadas a fabricação de doces<sup>4</sup>. Após enfatizar a importância econômica daquela indústria doceira para o desenvolvimento municipal e regional, o artigo diz da preocupação com o problema social e as condições de vida dos trabalhadores.

A “parceria agrícola” estabelecida pela Fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito com “deveres e obrigações de ambas as partes”, onde a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação, habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50% , em um preço previamente fixado pela Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, “recebendo para isso retribuição extra” não indicada na reportagem. Além disso, ele entregaria toda a sua produção conforme o preço fixado no contrato, “somente plantar na área reservada a lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, concluída a colheita e de acordo com o *plano de pecuária, o gado da empresa possa pastar em toda a área*, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte”. (Grifamos).

---

<sup>3</sup>Relatório. De Euclides S. Arruda (investigador n.º. 70), em Recife 24/01/ 1962, para Comissário Supervisor/Secretária de Segurança Pública/SSP. APE, Fundo SSP 29285. (Documentação do DOPS).

<sup>4</sup>As Fábricas “Peixe” de Pesqueira executam com sucesso seu plano de Reforma Agrária. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/11/ 1962. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

Desde meados de 1950 a Fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, onde se situavam as “fazendas” de cultivo com base no trabalho assalariado. A parceria proposta por aquela indústria no início dos anos 1960, além de um processo de reestruturação da empresa, foi também uma estratégia de melhorar, mas fundamentalmente modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira outrora saudada com promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional dava seus primeiros sinais de decadência, onde a perda dos lucros e os custos sociais foram vistos naturalmente com remediáveis. A proposta da Indústria Peixe era principalmente uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e a manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais em Pesqueira e regiões vizinhas. Os graves problemas sociais eram visto antes de tudo com uma questão de polícia. É sintomático que o recorte de jornal esteja arquivado na documentação do DOPS.

Em fins de 1963 um enviado do Ministério da Agricultura recebia todo o apoio do Governador Miguel Arraes, o do delegado da Superintendência da Reforma Agrária/SUPRA em Pernambuco, para ir investigar a invasão de terras da União por trabalhadores rurais em Pesqueira. O emissário ministerial transmitiu ao delegado da SUPRA, a recomendação do Ministério na prioridade para Pesqueira em um convênio com o Governo de Pernambuco.<sup>5</sup> As terras em discussão estavam em Pedra D’Água, na Serra do Ororubá, tradicional local de moradia Xukuru. Tratava-se de uma área de domínio da União, posteriormente cedida a Prefeitura de Pesqueira que arrendara a fazendeiros vindos da Paraíba.

A Fábrica Peixe e as demais indústrias de doces instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960 e acentuadamente na década seguinte, segundo estudos em consequência das mudanças econômicas onde os capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes. Ocorreu a desagregação do clã dos Britos, a venda da empresa a um grupo canadense e posteriormente a falência. (Cavalcanti, 1979).

Em meados de 1981<sup>6</sup>, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira apelava para a Delegacia Regional do Trabalho por mais de 600 famílias, algumas com mais de 30 anos de trabalho em seis fazendas que pertenciam a Fábrica Peixe e foram repassadas ao BNDE para pagamentos de dívidas, contraídas com empréstimos públicos. O BNDE somente receberia as terras da empresa devedora com as escrituras em cartório e sem

---

<sup>5</sup>Relatório sobre o município de Pesqueira, em 04/12/1963; Ofício do Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, em 23/12/1963, para o Presidente da SUPRA. APE, Fundo SSP 29293. (Documentação do DOPS).

<sup>6</sup>Sindicalista faz apelo por mais de 600 famílias. Recife (?) *Diário de Pernambuco* (?), em 06/08/1981. APE, Fundo SSP 30930. (Documentação do DOPS).

embaraços com trabalhadores. O sindicalista acusava a empresa de estar pagando indenizações irrisórias e expulsões dos moradores das terras das fazendas. Os trabalhadores afirmavam que iriam resistir e não abandonariam as terras.

### **O perigo comunista e os índios: os Xukuru e as Ligas Camponesas**

Muitos dos trabalhadores nas fábricas de doces na cidade, como também os agricultores na zona rural de Pesqueira eram índios xukurus. Na documentação oficial e nas memórias orais indígenas encontramos relatos das experiências vivenciadas enquanto operários urbanos ou como trabalhadores-moradores em terras de fazendeiros que invadiram do antigo aldeamento indígena de Cimbres. A época e as condições de trabalho dos índios, moradores na Serra do Ororubá, na Fábrica Peixe, foi lembrada por “Seu” Ciço Pereira,

*Era muita gente que trabalhava na Fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia toda viagem. Que ia pra Fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate, descarregar caminhão todo, que era a Fábrica peixe lutava com cento e tanto caminhão, viu! Carregando tomate. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né? Davam pão da noite, mas toda noite que viesse, marcavam todo nisso.<sup>7</sup>*

As atividades noturnas, para fugir a fiscalização trabalhista já que os trabalhadores eram clandestinos, as difíceis condições de realizá-las, pois era principalmente o serviço pesado de carregar caixas nas costas, descarregar caminhões, etc. foram recordadas também por outros entrevistados. Na área rural, na Serra do Ororubá, muitos xukurus sem terras moravam “de favor”, em terras nas mãos dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam desde a infância nas lavouras, que eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro,

*Nós trabalhava arrendado com fazendeiro. Você botava meio hectare de terra ou um hectare. Fazia a broca, fazia a terra, plantava, quando a lavoura, quando nos plantava que nascia o fazendeiro já danava capim dentro! Nós trabalhava arrendado! Porque ali não desfrutava nada! Quando tava começando a desfrutar ele já botava o gado dentro! Pronto, acabava com tudo! Nós ficava sem nada!<sup>8</sup>.*

Nesse ambiente de exploração e opressão as Ligas Camponesas em Pesqueira terão a adesão e participação dos índios. Em 1959 foi denunciada a Secretaria de Segurança

<sup>7</sup>Cícero Pereira de Araújo, “Seu Ciço Pereira”, 81 anos. (Falecido). Bairro Xukurus, 05/01/2002, Pesqueira/PE.

<sup>8</sup>Idem.

Pública no Recife, a Liga Camponesa “a 12 Km. da cidade”, ou seja o que corresponde a zona rural de Pesqueira. Segundo o manuscrito, o então candidato a Prefeito daquele município Luiz Neves, afirmou que “se eleito estaria ao lado dos camponeses e resolveria a situação de divisão de terra”. Afirmava o denunciante que o local estava recebendo visitas de “Dr. Julião” (Francisco Julião), que organizara a sede e a diretoria da Liga naquele lugar.<sup>9</sup> A existência da Liga Camponesa entre os índios era do conhecimento da Inspeção do SPI no Recife, que solicitou ao encarregado do Posto Indígena Xukuru apuração da denúncia de desvio para a Liga do leite destinado a merenda escolar, como constatara um oficial do serviço secreto do Exército<sup>10</sup>

A organização da Liga Camponesa prosperou e era vigiada de perto pelas autoridades. Em 1961 o Delegado de Pesqueira informava que recentemente, “camponeses construíram uma palhoça, sendo a primeira feita pela Liga. Ameaçaram os proprietários com armas, gestos e palavras”.<sup>11</sup> Em um trecho de um relatório datado do mesmo ano<sup>12</sup>, consta que em Pesqueira a sede da Liga estava na área urbana da cidade. E a sede das Ligas “fora da cidade”, encontrava-se no Posto do SPI onde o chefe era “o agitador Arnaldo Tenório”, que recentemente “tinha criado uma polícia dos índios com seu respectivo fardamento”. Segundo o documento, a Liga “se empenha pelas propriedades Brejinho, Lage Grande, Cana Brava e Caipi”, locais onde documentos históricos citam a moradia de xukurus. A Liga tinha mais de 400 integrantes, dirigidos por Gregório Bezerra, conhecido comunista posteriormente preso pela repressão militar do Golpe em 1964.

### **“Isso aqui é nosso! Isso é da gente!”**

Além das memórias orais os Xukuru, diversos documentos oficiais registram a participação indígena na Liga Camponesa em Pesqueira. A formação de uma polícia indígena foi apoiada pela da Inspeção do SPI no Recife, que remeteu ao encarregado do Posto Indígena Xukuru modelos de fardamento para a milícia.<sup>13</sup> Indicando que oficialmente, em um

<sup>9</sup>“Parte”. De Eliel T. (ilegível), em Recife 8/12/1959, para o Comissário Auxiliar (Secretaria de Segurança Pública/SSP). APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

<sup>10</sup>Memorando reservado nº. 25. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, em 08/09/1959, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 181, fotograma 338.

<sup>11</sup>Telegrama. De Modesto Oliveira, Sargento-Delegado, em Pesqueira 27/05/1961, para o Delegado Secretário de Segurança Pública no Recife. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

<sup>12</sup>Cópia de um trecho de relatório datado de 25 de setembro de 1961. Relatório das sindicâncias relativas às Ligas Camponesas. Da SSP/Delegacia Auxiliar, para o Comissário Supervisor. APE, Fundo SSP 29285. (Documentação do DOPS).

<sup>13</sup>Memorando Circular nº. 84/60 que remete cópias das Ordens de Serviço internas nº. 29, 30 e 31. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, em 29/03/1960, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 181, fotograma 339.

primeiro momento, a idéia não tinha nenhuma relação com a Liga Camponesa ou os comunistas, como denunciou a “Parte” enviada meses antes a Secretaria de Segurança Pública no Recife.

Dois entrevistados recordaram participação na polícia indígena. O primeiro falou ter sido convidado por “Arnaldo”, possivelmente o mesmo denunciado anteriormente como “agitador comunista”. Nas entrelinhas da fala é possível perceber a mobilização para “a festa” como chamavam a organização para ocupação das terras,

*Eu fui soldado do SPI. Chegou aqui um chefe, chamado Arnaldo. Nós, esse chefe chegou aí pra trabalhar. Aí o dono do terreno era desse pessoal que num aceitava ninguém no terreno dele. Era desses caboclos antigo. O que é que você veio ver minha terra? – esse rapaz! Eu vim trabalhar com vocês. – Não, aqui não tem ninguém trabalhando pra nós não. Eles falavam tudo assim! Ai ele foi ajeitou e ficou. Mandou fazer um coquetezinho (chapéu) de pano pra nós, vestia uma roupinha e nós. Chamava-se era dez soldado-índio.<sup>14</sup>*

O segundo depoente “Seu Brainha”, foi citado pelo primeiro como um dos participantes na polícia indígena, falou da sua adesão a milícia: “Arnaldo chegou lá, em Cana Brava, né? E falou pra botar uns guardas lá. Uma polícia, lá. Polícia, milícia, o que é que eles diziam lá, né?”<sup>15</sup> O entrevistado lembrou que Arnaldo os levou ao quartel onde foram receberem uma repreensão e foram presos em Pesqueira,

*Ele trouxe pro quartel pra apresentar ao tenente. Eu sem vontade de ser soldado. Nós viemos ficar aqui. Aí pegaram um reboição lá, por causa dele lá. E nós ficamos!*

*“-Vocês querem ser polícia, vocês vem aqui, no batalhão. Num sei aonde no 4º Exército, no 2º Exército e pega a farda. Mas com esse homem aí, vocês não pegam, não”. Aí o homem desapareceu pro Recife, até hoje! Nunca mais veio aqui. Nem vi a cara dele mais nunca na vida!<sup>16</sup>*

Por ter se envolvido na retomada de Pedra D’Água Cícero Pereira, morador em Cana Brava, onde ocorrera “uma reunião” foi acusado de subversivo e preso com outras pessoas da Serra do Ororubá e de Pesqueira,

*Sabe por que eu já fui preso? Só porque eu fazia parte da, desse pessoal, dessas fera que manda nas usina, que tava a favor das terra. Fizeram reunião em Cana Brava ainda na casa de um pai, desse povo ai, depois dessa reunião. Retomada ai de Pedra D’Água, foi dessa retomada,*

<sup>14</sup>José Pereira de Araújo, “Zé de Ismaé”, 61 anos. Aldeia Cana Brava, 20/12/2004. Serra do Ororubá, Pesqueira/ PE.

<sup>15</sup>Antônio Feliciano da Silva, “Seu Brainha”, 79 anos. Bairro José Jerônimo, 07/07/2004. Pesqueira/ PE.

<sup>16</sup>Idem.

*que dessa época ai que eu fui preso. Eu, Manoel Pereira, Joaquim Neto e Alonso. Teve uma porção lá de Pesqueira foi tudo preso*<sup>17</sup>.

Preso em 1963, ele recordou o apoio do Governador Miguel Arraes a ocupação das terras, bem como envolvimento de pessoas que aparecem citadas nos documentos oficiais. A ocupação aconteceu depois de uma missa por gente vindo de Cana Brava,

*Sessenta e três. Ah! Pois dessa década, dessa data. Eu tava que fizeram isso ai. Ai daqui a pouco um mês, Miguel Arraes que era Governo do Estado abriu mão pra D. Luizinha, Zé Arco-Verde, Luiz Arco-Verde, que era o advogado, que era meu advogado. Eu sei que fizeram essa miséria lá na Serra em Cana Brava, depois da missa, que eu nem assisti. A depois da missa ajuntaram esse povo, muita gente, já ia pra Cana Brava e abriram Pedra D'Água (...), e só porque eu passava por lá e conversava com o povo me trataram como subversivo.*<sup>18</sup>

Um outro entrevistado falou que esteve em Pedra D'Água, ocupada pela primeira vez pelos índios. Em uma área coberta de matas, entre os ocupantes estavam os comunistas. A alegria diante das condições do acampamento deixou o entrevistado perplexo,

*Foi a 1ª retomada! Agora que na época, tinha lá uma história assim, de dois martelos: um martelo vermelho e um martelo com... Eles cortavam a madeira, quando caía era aquela festa deles. Era tiros de bacamarte, de riú e eles todos fazendo aquela festa. As panelas debaixo dos paus. As caeiras de carvão. Ficou como um bocado de ciganos! Eu só desassombrado!*<sup>19</sup>

A ocupação em Pedra D'Água foi uma ação da Liga Camponesa com a participação indígena em uma área naquele momento em domínio da União, terras do antigo aldeamento, “Foi essa Liga Camponesa. Foi começo da invasão, que invadiram lá a Pedra D'Água. Foi com a Liga Camponesa, isso mesmo.. Diziam que 'esse terreno daqui não é de governo mais não. Isso aqui é nosso! Isso é da gente!’”<sup>20</sup>. O depoente recordou que foram presos, “Porque eles invadiram terreno do governo. Eles invadiram para trabalhar lá. Que foi como um bocado de ciganos, aquela empanada, lá”<sup>21</sup>. Com o Golpe Militar de 1964, a repressão foi grande, com prisões e expulsão dos ocupantes, “Saíram correndo. Foi um pau, que não foi moleza! Dessa vez que eles vieram foi o Exército! Prendeu muita gente. Sofreu lá comunistas e homem que não era comunista”.<sup>22</sup>

<sup>17</sup>Cícero Pereira de Araújo, op. cit.

<sup>18</sup>Idem.

<sup>19</sup>José Alexandre dos Santos, “Zé de Alexandre”, 76 anos. Serrinha, em 14/12/05. Serra do Ororubá, Pesqueira/PE.

<sup>20</sup>Idem.

<sup>21</sup>Idem.

<sup>22</sup>Idem.

Em novembro de 1990, os Xukuru reocuparam a área da Pedra D'Água que se encontrava nas mãos de 15 posseiros não-índios. Essa reocupação, um marco na organização e mobilização contemporânea Xukuru, que retomaram outras áreas em mãos de fazendeiros o que provocou perseguições, violências e assassinatos de lideranças indígenas a exemplo do Cacique Xicão em 1998. Com o apoio da sociedade civil, os Xukuru fizeram pressionaram a FUNAI para demarcação do território indígena, demarcação ocorrida em maio de 2001.

### **Bibliografia**

AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. *Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)*. Recife: UFPE, Mestrado em Economia/PIMES, 1979.

FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. *Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira-PE*. Recife: Mestrado em Sociologia/PIMES, 1985.

MEDEIROS, Leonilde de S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

SILVA, Edson. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. In: *Ciências Humanas em Revista*. Vol.3, nº. 2. São Luís: UFMA, 2005. Pp.51-58.